



**REQUERIMENTO** Número / ( .<sup>a</sup>)  
 **PERGUNTA** Número / ( .<sup>a</sup>)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República****Considerando que:**

1 – Recentemente foi divulgada, na revista Sábado, uma entrevista à Senhora Bastonária da Ordem dos Contabilistas Certificados, Paula Franco, segundo a qual os membros daquela Ordem profissional têm recebido pressões de empresários no sentido de poderem ter acesso às linhas de apoio Covid;

2 – Apesar de a pressão chegar *“através dos clientes, vinha originalmente da banca”*;

3 – Segundo a Senhora Bastonária, houve pressões no sentido de se apresentarem contas falsas, manipulando-as com o objetivo de não serem apresentados prejuízos;

4 – Se verificaram, igualmente, pressões por parte dos bancos para que se apresentassem falsas declarações, assinadas pelos contabilistas, com vista a garantir que havia uma quebra na faturação de 40% das respetivas empresas;

Assim, e tendo presente que:

Tendo em conta o disposto no artigo 156.º, alínea e), da Constituição da República Portuguesa (“Constituição”), é direito dos Deputados «requerer e obter do Governo ou dos órgãos de qualquer entidade pública os elementos, informações e publicações oficiais que considerem úteis para o exercício do seu mandato»;

Nos termos do artigo 155.º, n.º 3, da Constituição «as entidades públicas têm, nos termos da lei, o dever de cooperar com os Deputados no exercício das suas funções»;

Nos termos do disposto no artigo 229.º, n.º 1, do Regimento da Assembleia da República, as perguntas e os requerimentos apresentados ao abrigo das alíneas d) e e) do artigo 156.º da Constituição são tramitados por intermédio do Senhor Presidente da Assembleia da República, com destino à entidade requerida, tendo esta o dever de responder conforme o disposto no n.º 3

do mesmo preceito;

A Deputada do CDS-PP, abaixo-assinada vem por este meio requerer ao Banco de Portugal, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, o seguinte:

1. Na sequência das ações de supervisão foi detetada alguma destas situações?

1. Face à gravidade destas questões, o que é que vai o Supervisor fazer?

Palácio de São Bento, 22 de setembro de 2020

Deputado(a)s

CECÍLIA MEIRELES(CDS-PP)